

26 JUN 1989

O efeito gangorra

Florestan Fernandes

O processo eleitoral é oscilante. Ele sofre a influência de muitas condições e fatores e por vezes permanece extensamente em um patamar de indecisão e de flutuação, dentro de sua curta duração. As tendências definidas e firmes definem-se aos poucos ou repentinamente. Só então se precisam objetivamente as direções das preferências, configurando-se o candidato provavelmente (ou certamente) vitorioso. Nos dois extremos, aparecem os azarões e os que reúnem as características de favoritos. Porém, são os que entram no páreo com a eleição garantida. Em geral, os candidatos e os meios de propaganda organizada de que dispõem (através dos partidos, de entidades interferentes, como certas instituições que contam com apoio de massa, as grandes contribuições financeiras, o papel ímpar da imprensa, rádio e televisão, etc) disputam as chances de voto acirradamente. A questão central é da imagem, pré-formada ou elaborada ao longo das diversas etapas do processo eleitoral. Porque o importante não procede do que o candidato é, mas do que ele *parece ser*. Inclusive os partidos ideológicos estão sujeitos a essa regra, porque a militância sozinha não forma a maioria, especialmente em países sujeitos à existência e à atuação de muitos partidos concorrentes. Nas "sociedades de massas" deve-se considerar, também, o espetáculo eleitoral, uma festa fictícia que atravessa as manifestações de rua e permeia os comícios. Essa técnica de manipulação da opinião pública já chegou aqui sendo explorada acima das ideologias e das orientações políticas dos partidos.

O Brasil situa-se como um país com certas particularidades. Não contamos sequer com uma democracia pluripartidária de participação ampliada. A tradição recente deita raízes no "curral eleitoral", no clientelismo, no paternalismo, na hegemonia de "grandes eleitores" mais ou menos propensos em associar o processo eleitoral a um negócio e ao tráfico de poder. As classes dominantes, as instituições-chaves da sociedade e o governo, em suas várias instâncias, ainda não perderam o condão de "fazer candidatos" e de determinar o desfecho do processo eleitoral, como salientam as eleições de 1986. Suas derrotas aumentaram, contudo são circunscritas e distinguem as perspectivas da democratização das regiões mais desenvolvidas (o que não impede que elas se acomodem com certa rapidez às expectativas emergentes de renovação das técnicas eleitorais).

A ditadura em crise forjou um clima de ardor libertário. Mas ele foi aproveitado contra o povo e a consolidação da democracia. A meio caminho do passado e do futuro, preservou-se o padrão convencional das classes dominantes. Sem recorrer às pesquisas de intenção de voto, solta-se na praça um cidadão que terá por tarefa galvanizar o "apoio popular", graças a promessas feitas com engenho e desenvoltura. Constitui-se e difunde-se uma "imagem limpa e atraente". O cidadão, eleito, logo patenteia a que vem (como sucedeu, por exemplo, com Jânio Quadros em São Paulo). Tittere ou parceiro, joga com os interesses das classes dominantes, nacionais e estrangeiras, promove modernizações que não alteram em nada a estrutura da ordem existente e desempenha com arte (ou sem ela) as funções do demagogo populista. A ambigüidade do demagogo não obsta que ele acumule pontos e possa ter uma vida política durável. Todavia, sua base efetiva de poder real fica no tope, não entre os de baixo e se ele desobedece às regras tácitas do jogo político tradicionalista condena-se ao sacrifício. Em geral, o cacife eleitoral do demagogo permite que ele elabore o seu mito e se lance aos pleitos eleitorais com vantagens relativas altas.

Neste recomeço da democracia para valer, o passado desagregou-se em quase todo o país. Assim como a eleição "a bico de pena" fora enterrada por sempre, a ditadura militar e a "nova República" provocaram a desmoralização das eleições marcadas. O que lhes foi instrumental — a falsa eleição, fruto da pseudodemocracia — suscitou uma renovação nacional na esfera puramente eleitoral. As entidades que ergueram o facho da liberdade e da luta pela justiça social e civil mantiveram-se nas mesmas trincheiras. Por sua vez, os trabalhadores alcançaram um grau de modernização e de racionalização dos seus sindicatos, dos seus partidos, de suas organizações culturais que despertou forte e inédita propensão para disputar palmo a palmo, com as classes dominantes, os bastiões eleitorais da sociedade política. Esse fato compeliu os de cima a assimilar e a reproduzir os procedimentos eleitorais dos países avançados. A esquerda saiu do gueto. Mas conta com um espaço eleitoral pobre e com fracos meios para financiar atividades eleitorais que saem muito caras quando o processo eleitoral se mercantiliza e o lucro toma

conta das eleições. Não obstante, a democratização da economia, da sociedade civil, da cultura e do Estado passa pela existência e pela autonomização eleitoral da esquerda. Ela se converteu em núcleo da reviravolta democrática, ganhe ou perca. Pois o centro-direita, a direita e a extrema direita tiveram de repetir (e tentar vencer) a sua evolução. As "diretas já" foram o início dessa transformação, que atingiu o seu pico posteriormente, sob o impulso dos radicais do PMDB, da esquerda e da entrada em cena dos técnicos da propaganda eleitoral. Neste instante, o elenco de candidatos e os esquemas de aliança estão quase completos. Do centro para a direita, são notórios os principais candidatos e o que eles representam. As alterações bruscas e aleatórias, agora, bafejam o seu campo político. Do centro para a esquerda, ocorre o mesmo, com uma diferença: as opções potenciais por seus candidatos e esquemas de alianças sofreram, na aparência, um estancamento. Trata-se de uma redefinição das relações entre as forças sociais que sustentam as candidaturas postas e seus projetos de aliança e de conquista do poder. A direita comporta (e até necessita) uma fragmentação eleitoral no primeiro turno, que seria nociva ou mesmo fatal para a esquerda e o centro-esquerda. Além disso, a direita (com a pele de "centro") renova seu plantel e avalia as vantagens e as perdas do uso e abuso do demagogo. O apoio a muitos demagogos, para ela, é antes um risco que uma promessa de vitória. Os demagogos são exclusivos: eles minam e explodem o campo político que os acalenta. O segundo turno será favorável à sua recomposição e até a pode favorecer no desfecho da batalha eleitoral. Uma "conciliação conservadora" permitiria combinar o moderno ao arcaico e estabelecer as premissas de uma "união de salvação nacional" (para a grande burguesia e o imperialismo). A esquerda em sentido específico conta com outras possibilidades, porém precisa vencer demônios que não nascem da vida política dos cidadãos comuns, ou melhor, dos de baixo. Provêm da obsessão de "não atemorizar o centro" e de atrair suas hostes para a "reforma estrutural".

A esquerda propriamente dita enfrenta exigências históricas complexas: precisa ficar atenta à confluência de presente e futuro. As eleições vinculam, assim, dois nexos entrelaçados. Não é suficiente, por exemplo, projetar o Lula na cabeça da maioria dos eleitores, especialmente se eles pertencerem às classes trabalhadoras e a estratos socialistas da pequena burguesia e da classe média tradicional. É necessário ir além, tendo em vista os objetivos essenciais da luta de classes — a implantação do socialismo e a edificação de uma sociedade nova. Dados esses limites, uma pesquisa de escolhas potenciais possui alcance incerto. Saindo do aparente entorpecimento, os dinamismos da irradiação da campanha do Lula terão de ser centralmente ideológicos e políticos. Há promessas que o Lula não pode fazer, porque ele se vê tolhido diante da alienação das classes trabalhadoras e do descrédito dos que pertencem ao arco da esquerda. Nem por isso ele sai perdendo, em confronto com Fernando Collor de Mello ou, se disputar as eleições, com Jânio Quadros. Sob uma inflexão ofensiva das classes trabalhadoras, dos estratos socialistas de outras classes e, por imantação, das massas populares, Lula contará (ou não, se tal probabilidade desvanecer-se) com os efeitos multiplicadores de imaginação política (e das frustrações sócio-econômicas) dos de baixo. As contradições da sociedade brasileira agravaram-se até um ponto insustentável de extrema tensão. Elas equivalem aos trunfos que os partidos ricos e os que mandam podem empregar para difundir imagens mistificadas dos candidatos da ordem. Lula não dispensa os ingredientes de um processo eleitoral moderno. Mas depende, acima de tudo, de sua identidade proletária e socialista. O que abre à militância um poder criativo que os arquitetos das campanhas dos candidatos conservadores ou "moderados" não dispõem ao alcance das mãos. Nesse sentido, à esquerda, os prognósticos eleitorais estão sujeitos a lapsos, porque o clímax da ação inventiva impetuosa dos militantes se precipita no limiar do fim da campanha (tome-se como parâmetros certas eleições, como a de Luís Erundina, Olívio Dutra e Jacó Bittar). A gangorra só desvenda para onde irá inclinar-se quando os defensores da ordem saboreiam a hora de estourar as garrafas de champanha... E se Lula não ganhar? Não haverá uma tragédia nem para ele e seu partido nem para a Frente Brasil. Ocorrerá uma perda eleitoral, compensada pela propagação do socialismo e pela mobilização ofensiva das classes trabalhadoras. Essa é a diferença específica entre a esquerda e a direita na luta pela conquista do poder. O importante é o movimento social. Como levá-lo à vitória constituirá, sempre, uma função das circunstâncias históricas.